



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Democracia, Participação e Movimentos Sociais.

AÇÕES COLETIVAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA ERA DA INTERNET

Franciani Bernardes Frizera¹

Resumo

Este trabalho pretende identificar alguns aspectos centrais no que tange à emergência de uma nova cultura comunicacional e organizacional dos movimentos sociais. Identificaremos alguns pontos de análise relacionados a esse novo contexto, entre eles o estabelecimento de novas estratégias comunicacionais que têm sido usadas como forma de estabelecer marcos de legitimidade e de garantir vínculos plurais, globais e de rápido alcance. Essas possibilidades refletem diferentes lógicas da ação coletiva, principalmente quando se misturam às interações dos participantes, suas identidades e os processos e tecnologias de comunicação utilizados.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Participação política. Internet. Redes sociais.

Abstract

This work has the objective to identify some main aspects related to the emergency of new communication and organizational culture of the social networks. Some key points of this analysis were identified, among them the establishment of new communication strategies used to create marks of legitimacy and to guarantee plural, global and of fast reach relationships. These possibilities reflect different logics of collective action, mainly when mixed to the participants' interactions, their identities and the communication technology processes used.

Keywords: Social movements. Political participation. Internet. Social networks.

Introdução

As crescentes mobilizações que aconteceram em várias partes do mundo a partir de 2008 (Tunísia, Egito, Espanha, Portugal, EUA entre outros) representam marcas de indignação e revolta referente a um período marcado pela grande crise capitalista. Nesse contexto inúmeras ações coletivas se apropriam das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), principalmente da internet, como forma de se organizarem e de se estabelecerem enquanto mecanismos de participação política.

Nos últimos anos a comunicação em massa tem sofrido grandes mudanças relacionadas aos aspectos tecnológicos e estruturais. O acesso à comunicação por uma parcela cada vez maior da população tem potencializado formas de se comunicar em ampla escala, baseadas em redes horizontais de comunicação multidirecional e interativa, principalmente utilizando a Internet. É nessa nova estrutura tecnológica e

¹ Doutora em Comunicação Social pela *Universidad CEU San Pablo* (Madri). Bolsista de Pós-doutorado (CAPES) no Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: <franbernardess@gmail.com>.

social que os movimentos sociais atuais se constituem enquanto estruturas de transformação social (CASTELLS, 2013).

A partir da análise de distintos estudos, nota-se que a ação política dos indivíduos conectados em rede tem favorecido o surgimento de novas dinâmicas de mobilização, de organização e propiciado o fortalecimento de sua autonomia. O caráter aberto da internet permite a união de diferentes subjetividades sem a necessidade de intermediários ou líderes, possibilitando a criação de um espaço comum em que a conexão dos sujeitos cria e recria condições para a ação coletiva (PINO, 2015). Essas novas dinâmicas de mobilização social apresentam ainda outras características comuns: são consideradas locais e globais. Locais por terem como causa de luta contextos específicos e globais por estarem conectadas com o mundo, recebendo e transmitindo experiências (CASTELLS, 2013). A ocupação de praças públicas como forma de resistência também tem sido uma de suas marcas. E contam com o poder da internet no que se refere à capacidade de divulgação da informação assim como a sua velocidade de transmissão. Esse aspecto foi um dos principais responsáveis pelo conglomerado de pessoas acampadas nas praças de pontos estratégicos das grandes capitais, como foi o caso dos EUA, com o *Occupy Wall Street* e da Espanha, com os *Indignados*.

Novas formas de organização e participação política

Atualmente, os meios de comunicação têm desempenhado um papel fundamental na vida social, política e cultural dos cidadãos. Vivemos uma nova ordem mundial da informação na qual é possível compartilhar toda ordem de dados: fotos, textos escritos, vídeos e áudios com pessoas de várias partes do planeta, em qualquer hora e de qualquer lugar, desde que estejam conectadas à rede. As TIC nesse contexto, representam um importante instrumento de participação social, que abrem à humanidade um conjunto de possibilidades e contribui para mobilizar a ação social das coletividades. Para Barbeiro essas ferramentas “[...] potencializam suas capacidades de sobrevivência e de associação, de protesto e de participação democrática, de defesa de seus direitos sociopolíticos e culturais e de ativação de sua criatividade expressiva” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 19).

Nesse sentido, essas tecnologias têm se apresentado como meios eficazes para aproximação de várias temporalidades sociais por parte das redes políticas. É através desses meios que redes como Facebook e Twitter, conseguem não apenas uma

comunicação em tempo real, como também permitem aproximar e refletir sobre temporalidades históricas diferentes: tradicional, modernidade e pós-modernidade (SCHERER-WARREN, 2005).

As expectativas de participação das pessoas também aparentam ser maiores. Segundo Subirats (2011) no cenário político tanto as instituições como os partidos não estão ainda a altura das mudanças que aconteceram nas formas de vida e de relação social. Todos aqueles que contam com possibilidade de acesso e competências necessárias para usar os ambientes virtuais, vão poder criar, organizar-se, estabelecer espaços próprios. Sendo assim, uma das características mais relevantes do contexto societário atual, no que se refere ao desenvolvimento das TIC “[...] es la creciente aparición y existencia de espacios de autonomía y de redes relacionales nuevas, en las que florecen comunidades plurales, que hacen de su especificidad o de sus micro o macro identidades su punto de referencia” (SUBIRATS, 2011, p. 43).

Observa-se, desta forma, que houve um processo de alteração das práticas comunicativas e organizacionais dos movimentos sociais. O que aconteceu no contexto espanhol, com o movimento 15M (2011), por exemplo, nos dá margem a entender que com o uso da rede é possível abrir espaços para novas praças (SUBIRATS, 2011). Essa ampliação das possibilidades de comunicação e intercambio de ideias possibilita, segundo o autor, que indivíduos de todas as partes do planeta interajam, se relacionem, compartilhem informações, construam seus próprios critérios de organização, de forma a realizar ações e influenciar outras pessoas.

Ao reconhecer a importância da internet no processo de compartilhamento de ideias e de transformação social, convém enfatizar que a rede é um componente útil embora não suficiente da ação coletiva: “[...] nem a internet nem qualquer outra tecnologia pode ser fonte de causação social. Os movimentos sociais surgem da contradição e dos conflitos de sociedades específicas, e expressam as revoltas e os projetos das pessoas” (CASTELLS, 2013, p. 166).

É certo que esse novo viés comunicacional tem alterado a forma de participação dos cidadãos nos distintos contextos sociais, no entanto, apesar das mídias digitais aumentarem as possibilidades dos cidadãos comuns de se articularem fora dos esquemas tradicionais de organização, Benkler (2015) considera que a formação dessa esfera pública depende de outras habilidades que precisam ser mobilizadas entre os indivíduos e as conexões das redes. “A internet cria as condições para a participação no debate

público, mas não torna todos os cidadãos automaticamente em pessoas engajadas nas lutas de interesse coletivo" (BENKLER *apud* SILVA, 2015).

Pelo fato de fazermos parte da chamada sociedade das TIC, acredita-se que a competência digital dos indivíduos surge de forma natural, espontânea, como se cada um de nós estivesse predisposto a ela. No entanto, o acesso a esses recursos tecnológicos também está diretamente relacionado ao poder aquisitivo e cultural dos sujeitos (SILVA, 2015).

Buckingham (2011), no livro *Desconstruindo os "Nativos Digitais"* (tradução nossa) critica a ideia, segundo ele utópica, de juventude empoderada, defendida por alguns autores influenciados pelo conceito de "nativos digitais" e "imigrantes digitais", difundido por Prensky (2001). Para este autor todos aqueles que nasceram após os anos 1990, imersos no contexto tecnológico, teriam habilidades e competências necessárias para usar e se apropriar do contexto digital de forma muito superior quando comparada aos que nasceram muito antes disso; os então chamados "imigrantes digitais". Aplicando essa mesma ideia no contexto escolar, precisamente à relação aluno-professor, para Prensky (2001, p. 2): "[...] os estudantes de hoje são todos “falantes nativos” da linguagem digital dos computadores, vídeo games e internet”.

Além disso, acredita que os alunos da atualidade gostam de realizar múltiplas tarefas simultaneamente, assim como receber informação de forma rápida. Em sua visão, "[...] eles preferem acesso aleatório (como hipertexto). Trabalham melhor quando ligados a uma rede de contatos. Têm sucesso com gratificações instantâneas e recompensas frequentes. Preferem jogos a trabalhar “sério” (PRENSKY, 2001, p. 2). Já os "imigrantes digitais", em seu ponto de vista, teriam pouca capacidade por estas habilidades, já que as considera "[...] quase totalmente estrangeiras aos imigrantes, que aprenderam – e escolhem ensinar – vagarosamente, passo-a-passo, uma coisa de cada vez, individualmente, e acima de tudo, seriamente" (PRENSKY, 2001, p.2).

Nem uma coisa, nem outra. Para Buckingham os argumentos apresentados anteriormente, principalmente no que se refere aos conceito de "nativos", relacionam-se a uma perspectiva utópica da tecnologia, nas palavras do autor "[...] uma história fabulosa sobre como a tecnologia libera e 'empodera' os jovens, permitindo que se tornem cidadãos globais e aprendam e se comuniquem de forma livre e sem restrições" (BUCKINGHAM, 2011, p. x - xi)

A ideia de autonomia que preferimos defender é aquela pautada na perspectiva freireana, cuja concepção está centrada na autonomia de classe social. O que significa

que não se trata de um processo de natureza individual. Para Freire não existe autolibertação; a libertação é um ato social e não individual (FREIRE, 1986). Esse processo de garantia e domínio de possibilidades e capacidades que garantam uma maior autonomia, segundo o autor, nasce de um processo de ação social no qual os indivíduos interagem com outros indivíduos, produzindo pensamento crítico em relação a sua realidade, possibilitando a construção da capacidade pessoal e social para então criar mecanismos de transformação de relações sociais de poder.

Da mesma forma, para o autor essa autonomia está relacionada a um processo de conscientização, à passagem de um pensamento ingênuo para um pensamento crítico. Mas esse processo não acontece involuntariamente, e sim de forma consciente. Essa conscientização é um processo que se dá na relação homem-mundo, num ato de ação e de reflexão.

Retomando a ideia de "nativos e imigrantes digitais" e em acordo com a crítica proposta por Buckingham, acreditamos que muitos estudos focados nos movimentos sociais no contexto das TIC, ignoram elementos de continuidade. E isso se aplica a ideia de situar a Internet no foco central das discussões sobre as recentes ações coletivas que têm acontecido em várias partes do mundo, as quais já citamos na introdução deste trabalho. Como disse o próprio Buckingham (2011), a história da tecnologia implica que a mudança, por mais rápida que seja, é contínua e não substitui as formas de organização tradicionais, em vez disso as complementa.

Movimentos sociais em redes digitais

Como veremos a seguir, os estudos mais recentes dedicados a analisar o papel da Internet na ação dos movimentos sociais ajudam a compreender os mecanismos de interação usados, assim como suas formas de organização, ideias, modelos de participação, objetivos e resultados dessas ações.

Após o surgimento de espaços de encontros virtuais denominados “redes sociais”, desde Messenger, criado em 1997; até as mais recentes, tais como Facebook, Twitter, Instagram, Tumblr, Badoo, LinkedIn, MySpace e várias outras, observou-se uma força marcante da influência dessas redes na organização e desenvolvimento de ações coletivas (CANDIA, 2014).

Atualmente, o uso das redes sociais ultrapassa as agendas individuais. Esses canais significaram uma importante mudança no modo de organização dos movimentos

sociais e têm contribuído de forma rápida e eficaz para mobilizar e reunir seus participantes, possibilitando, entre outras coisas, convocar um grande número de pessoas, em tempo real, para participar de protestos, locais ou não, como aconteceu nas revoltas árabes em 2011, no movimento 15M² na Espanha e nas Jornadas de Junho³, no Brasil.

A utilização das redes virtuais pelos movimentos tem se caracterizado como não hierárquica. Além disso, centra-se em um ideal democrático e horizontal de participação, no qual não demarca a presença de um líder nem uma unidade ideológica, reforçando o valor da pluralidade (CANDIA, 2014). Essa leitura é um dos indicadores de que as pessoas estão resistindo cada vez mais a enquadrar-se em organizações fechadas e em aceitar a hierarquia como algo natural (SUBIRATS, 2011).

Júris apud Candia (2014) propõe três dimensões de análise para entender os movimentos sociais em rede. Em primeiro lugar, delimita seu aspecto formal, em que reconhece a rede como uma estrutura organizativa sem centro; em segundo lugar define a característica tecnológica do ambiente virtual e destaca o uso dos aparelhos de telefone celular com internet, usados para se informar sobre o que acontece no mundo, desde qualquer lugar e em qualquer momento. E por último, aponta para o caráter utópico de possibilidades da rede: tornar outro mundo possível aqui e agora.

Essas possibilidades comunicacionais permitem conhecer outras realidades e comparar diferentes modelos sociais. Neste sentido os jovens árabes⁴ encontraram na internet uma oportunidade de mostrar seu inconformismo e de lutar por uma mudança política. Usaram as redes sociais para convocar a população a participar das manifestações. Conseguiram, dessa forma, reunir milhares de pessoas nas ruas. As concentrações aconteceram na simbólica praça Tahrir⁵. Tanto a Internet como as redes digitais foram úteis no início das revoltas e também durante o desenvolvimento dos conflitos porque permitiu realizar o acompanhamento da evolução dos fatos. Apesar da

² No dia 15 de maio de 2011 habitantes das cidades espanholas se manifestaram pelas ruas do país convocados pela organização “Democracia Real Já”. Denunciavam os inúmeros recortes dos gastos públicos, a grande e crescente cifra de desempregados e a corrupção.

³O Movimento Passe Livre (MPL) foi o estopim dos protestos que aconteceram no Brasil em junho de 2013. O período ficou conhecido como “Jornadas de Junho”. As manifestações que aconteceram nesse período foram convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento das passagens.

⁴ Na primavera de 2011 eclodiu uma série de revoltas em vários países árabes que provocaram a queda de regimes que estavam há décadas no poder. Em alguns casos isso aconteceu de uma forma muito rápida. As primeiras mobilizações ocorreram em Tunes e rapidamente influenciaram outras regiões, como o Egito e a Líbia (Soengas, 2013).

⁵ Na virada de 2010 para 2011 os países árabes eclodiram em uma série de protestos contra ditaduras que já duravam décadas. E a praça Tahrir, maior praça pública no centro de Cairo, tornou-se um símbolo mundialmente conhecido por se transformar em um espaço de clamor por democracia.

censura imposta e dos bloqueios informativos, esse canal de divulgação conseguiu mostrar ao mundo a continuidade dos acontecimentos nesses países assim como sensibilizar a comunidade internacional e conquistar visibilidade na grande mídia.

De acordo com os resultados do estudo intitulado *El papel de Internet y de las redes sociales en las revueltas árabes: una alternativa a la censura de la prensa oficial* apresentado por Soengas (2013), apesar de parecer que os apoios virtuais às revoltas árabes estavam baseados em ações coordenadas, não aconteceu exatamente assim. Segundo o autor, havia uma confluência de atos similares que coincidiam no tempo e na mesma plataforma de forma casual. Mas, ainda assim, segundo ele, de fato existiu um importante efeito imitação, desenvolvido principalmente a partir dos primeiras declarações internacionais de solidariedade que se transformou em um fenômeno massivo, como resultado da convocatória da rede.

A maioria dos jovens árabes⁶ que foram entrevistados em sua pesquisa reconhece a falta de uma estratégia comum que tivesse permitido o desenvolvimento de uma atuação conjunta e eficaz e admite que a maioria das atividades desenvolvidas nas redes por eles eram ações espontâneas e individuais para responder de forma solidária àqueles que estavam lutando para melhorar as condições sociais de seu país. Também acreditam, que a falta de coordenação e assessoramento foi um dos maiores problemas que tiveram em todo o processo e que o sucesso da Internet e dos sites de redes sociais teria sido maior se houvesse uma estratégia comunicacional, elaborada desde o início, com critérios mais centrados em vez de desperdiçar as possibilidades da rede com informações com pouca utilidade.

No Brasil, as redes sociais também cumpriram um papel fundamental nas mobilizações políticas que aconteceram por todo o país em meados de 2013. Ao longo dos acontecimentos a grande mídia articulava suas transmissões de forma a deslegitimar e criminalizar as ações realizadas. Expressões como “vandalismo”, “baderna”, “ignorância política”, “ódio”, foram alguns dos termos usados pela mídia corporativa para se referenciar aos manifestantes e ao movimento.

Em contrapartida, foram publicadas nas redes sociais uma série de imagens, vídeos e relatos dos participantes que ajudaram a conquistar a opinião pública e a revelar a veracidade dos acontecimentos, o que, de certa forma, acabou contribuindo para alterar a linha editorial da imprensa nacional, já que “[...] manter a linha editorial

⁶ Participaram das entrevistas 30 jovens árabes que representam o perfil que predominava nos apoios virtuais às revoltas e partidários de uma mudança de regime em seu país.

anterior levaria a grande mídia empresarial à perda completa de legitimidade, poderia colocar o governo aliado – do estado de São Paulo – em apuros [...]” (VALENÇA, 2014, p. 209).

Percebe-se, dessa forma que a questão da visibilidade e do acesso à informação é uma das grandes vantagens atribuídas ao uso da Internet. Com base no poder influenciador da mídia parece que o que não pode ser visto nos meios ou nas redes sociais não existe, e isso sabem muito bem os movimentos sociais e políticos, minorias étnicas e sexuais, entre outros (GARCÍA, 2011). Portanto, um retrato favorável de um certo movimento social por parte dos meios de comunicação de massa torna-se importante para alcançar visibilidade, estabelecer marcos e legitimidade (BENNETT; SEGERBERG, 2014).

E nesse ponto, o acesso aos canais digitais de informação, tanto para produção quanto para o consumo, torna-se central já que na maioria das vezes as relações entre coletividade e imprensa não são harmoniosas. Além disso, a informação adquire alta difusão graças à alta velocidade de propagação e à mecânica boca a boca, fator importante para massificar uma informação.

Falar nos meios de comunicação tem como pressuposto a circulação pública de formas simbólicas, isto é, a capacidade que tais canais têm de construir fatos a partir da enunciação, de fazer com que os interlocutores enxerguem, acreditem, transformem ou confirmem suas visões de mundo e, com isso, suas formas de agir sobre o próprio mundo (BOURDIEU, 2000). Maffesoli (2010) faz uma crítica ao que ele chama de “pensamento pronto”, em que a opinião pública apenas reproduz o que lhe é transmitido pelos canais de comunicação. Neste sentido o poder de influência da mídia afirma-se como um espaço legítimo e legitimador de ideias e de representações da vida social. Portanto, o que sai na mídia tem fundamental importância sobre a opinião do público em relação a determinados temas que fazem parte da agenda cotidiana.

Atualmente, com a complementaridade entre diferentes mídias não só cresce sua própria influência como também implica em novas transformações em níveis sociais, econômicos e políticos. No entanto, sem deixar de reconhecer a cumplicidade dos meios de comunicação com interesses mercantis e manipulações do poder hegemônico, sempre existirá a complementaridade entre retórica, comunicação e política, reafirmando a importância dos meios de comunicação para a compreensão da vida na contemporaneidade, em que ocupa um lugar estratégico no cotidiano das maiorias,

contribuindo para a formação e transformação rotineira de seus imaginários e sensibilidades (MARTÍN- BARBERO; REY, 2001).

Retornando aos acontecimentos de junho, observa-se que independente do poder manipulador da grande mídia naquele primeiro momento e com o apoio das redes sociais, os protestos que sacudiram as ruas do país naquele período trouxeram suas primeiras vitórias. As cidades baixaram ou adiaram o aumento no preço do transporte coletivo e, em alguns casos, dos pedágios (BRAGA, 2013). Apesar desta não haver sido a principal nem única reivindicação.

No caso da Espanha, os participantes e aliados do 15M compartilharam mensagens de denúncias e convocatórias para mobilização em tempo real, através do Twitter. Em menos de seis dias as ações dos militantes reuniu todo o coletivo que reclamava das altas taxas de desemprego, da corrupção e da ineficácia do governo para acabar com a crise econômica que começou a ter um impacto cada vez maior a partir de 2008 (RODRÍGUEZ, 2011).

Uma das ações realizadas pelos militantes do movimento foi acampar em pontos estratégicos das principais cidades espanholas, com o objetivo de dar maior visibilidade ao protesto assim como para que seus atos se aproximassem ao dia das eleições estaduais (*autonómicas*) e municipais. O slogan mais usado durante as manifestações foi o de “no nos representan”, dirigido à classe política.

A ocupação do espaço público tem sido uma estratégia comum usada pelas manifestações de massa⁷ que estão acontecendo desde 2008 em diversas partes do globo. Essas ocupações são um indicativo de que a população já não tolera essa forma “[...] degradada de institucionalidade, seja no caso dos países do oriente médio com suas ditaduras, seja no caso dos países do ocidente com seu modelo de “democracia burguesa” só para os ricos” (ANTUNES, 2014, p. 39).

Os movimentos em rede assumem um poder importante ao demonstrar como a sociedade reunida pode resistir, fazer oposição e se manifestar, de modo que a informação se transforma em uma arma que, quando bem utilizada, surpreende e atende expectativas. O governo egípcio entendia disso claramente quando ordenou o bloqueio da Internet em janeiro de 2011 (GARCÍA, 2011).

⁷ Entre as ocupações destacam-se os seguintes casos: Tunísia, Egito, Turquia, Grécia, Itália, Portugal, França, Reino Unido, EUA, com o *Occupy Wall Street*, e Espanha, com os Indignados.

TIC e novos desafios para se exercer e praticar a democracia

Mais do que facilitar a organização cívica e globalizar mensagens, as TIC também abrem à humanidade um conjunto de possibilidades que, pela primeira vez na história possibilita em larga escala a produção e divulgação da informação. No entanto, todo esse avanço tecnológico também representa uma força perigosa, principalmente ao considerar que o acesso a esses canais de comunicação via internet não acontece de maneira uniforme, provocando uma falsa ideia de participação igualitária dos indivíduos (SILVA, 2014). Se, por um lado, a internet oferece inúmeras possibilidades de interação, criação e participação política, por outro, cria barreiras entre aqueles que têm e os que não têm recursos (culturais, intelectuais e econômicos) para usar tais tecnologias (BERNARDES, 2010).

Quando trata-se do contexto brasileiro, a situação não é muito otimista: o Brasil apresenta um dos maiores níveis de desigualdade social do planeta. Essa desigualdade está associada, entre outros fatores, à distribuição de renda e a uma desigual distribuição de infraestrutura necessária para os serviços públicos. E quando o assunto é possibilidade de acesso à informação e conhecimento, a partir de seus mais diferentes meios de comunicação, essa distribuição se reflete nas possibilidades de uso das TIC, principalmente nas diferenças de acesso à internet (CAVALI, 2009).

No entanto, apesar das TIC contribuírem para acentuar desigualdades podemos concluir que elas também oferecem uma série de possibilidades para mobilizar a ação social das coletividades, “[...] potencializando suas capacidades de sobrevivência e de associação, de protesto e de participação democrática, de defesa de seus direitos sociopolíticos e culturais e de ativação de sua criatividade expressiva” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p.19).

O olhar crítico é certo em nos advertir dos riscos que o atual desenvolvimento tecnológico engendra em suas cumplicidades com as lógicas do mercado e os processos de agravamento da exclusão social. Justamente por isso nossa inserção na nova mundanidade técnica não pode ser pensada como um automatismo de adaptação socialmente inevitável, mas, ao contrário, como um processo densamente carregado de ambiguidades e contradições, de avanços e retrocessos, um complexo conjunto de filtros e membranas (Manzini, 1991) que regulam seletivamente a multiplicidade de interações entre os velhos e os novos modos de habitar o mundo. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p.26).

Dessa forma as demandas em prol do acesso digital dos indivíduos têm motivado a implementação de diversos modos de fazer com que a população se integre

de alguma forma nesse cenário de mudanças. No Brasil essas iniciativas são conhecidas como “inclusão digital” (FILHO e CABRAL, 2009). Esse conceito permite compreender que incluir a sociedade no meio digital é o mesmo que “[...] transferir conhecimento consolidado a setores da população que precisam ter acesso a ela, pois, sem esse acesso, seriam excluídos”. (STRINATI, 1999, p. 28).

Mais do que aprender os comandos de determinados programas para execução de certas ações ou mais que qualificar pessoas para o mercado de trabalho, incluir desde a perspectiva aqui levantada, deve estar relacionado com a capacidade de participar nas decisões sobre a importância e as finalidades das TIC, participando assim de uma perspectiva de inclusão/alfabetização digital, de política pública e de construção de cidadania. Na visão de Strinati (1999, p. 28), “A educação como parte do processo de democratização implicaria que habilidades como ler, escrever, discernir, reivindicar, saber e compreender se tornariam mais acessíveis - ao menos formalmente [...]”, permitindo, dessa forma, que um número cada vez maior de pessoas participe mais assiduamente em atividades políticas e culturais.

A cidadania da maioria da população teria passado, portanto, a depender da participação digital (BECKER, 2008). Porém cidadania é mais do que a ideia de pertencimento a alguma coisa, “[...] o pertencimento e a integração só caracterizam cidadania quando há a noção de sociedade, de algo além do ‘eu’, de interesses individuais (imediatos ou não) canalizados no interesse coletivo” (BECKER, 2008, p. 55). Essa condição só pode ser aceita, “[...] desde que um balanço resulte em saldo positivo ao lado da cidadania” (BECKER, 2008, p. 55).

Reconhecendo as limitações sociais, culturais e econômicas que a chamada “sociedade da informação e da comunicação” arrasta com ela, ainda é possível afirmar que a utilização das ferramentas de produção da informação por um público cada vez mais amplo, envolvido em papéis muito mais ativos (BENNETT; SEGERBERG, 2014) ampliou os horizontes comunicacionais de uma parcela da população que estava praticamente limitada a apenas receber informação. Portanto, as tecnologias vêm sendo apropriadas por grupos de diversos setores sociais, “[...] permitindo-lhes uma verdadeira revanche sociocultural, isto é, a construção de uma contra-hegemonia pelo mundo” (MARTÍN-BARBERO, 2014).

O autor espanhol Joan Subirats, em sua obra intitulada *Otra Sociedad, Otra Política?* publicada em 2011 traz o seguinte questionamento: Que tipos de mudanças podem se produzir no cenário de surgimento das TIC e da generalização da Internet?

Ao longo de sua análise o autor catalão apresenta uma série de argumentos de forma a trabalhar a ideia de riscos e possibilidades que o contexto tecnológico demanda. Em sua análise, se por um lado a mudança tecnológica permite reforçar a democracia e neste sentido ampliar as esferas de intervenção cidadã mais diretas e mais próximas, pode por outro lado ampliar os mecanismos de exploração e submissão.

Estamos en un momento en que los intereses colectivos precisan de fundamentos sólidos y consensos y acciones suficientemente significativas y potentes para poder tratar de responder a la ofensiva individualista de excelencia elitista, de "sálvese quien pueda", que parece presidir de manera hegemónica la escena propositiva. Entendemos que esta nueva concepción de lo público como lo común, es decir, como lo que es asunto de todos, está vinculada a una idea dinámica de ciudadanía. (SUBIRATS, 2011, p. 86).

Mas não há dúvidas de que internet traz consigo novas possibilidades para se exercer e praticar democracia. Neste sentido, acredita-se que uma das características mais relevantes da atualidade é o crescimento de espaços de autonomia e de redes relacionais novas nas quais "[...] florecen comunidades plurales, que hacen de su especificidad o de sus micro o macro indetidades su punto de referencia" (SUBIRATS, 2012, p. 43).

Em acordo com as ideias expostas pelo autor, acreditamos que as facilidades que as tecnologias da comunicação permitem no cenário atual têm ajudado na reconstrução da política no que se refere a aspectos habituais. A partir da popularização do acesso aos meios digitais, amplia-se a possibilidade de criar mecanismos de intercâmbios entre iguais, assim como abrir oportunidades de horizontalidade nas relações. Na visão de Subirats há menos necessidade de delegar, por um lado e menos espaços para intermediações desnecessárias, por outro. E tudo isso permite criar iniciativas que rompam com os modelos tradicionais de gerar conhecimento.

Conclusão

Este trabalho fez um esforço para demonstrar que a comunicação pela internet pode ser uma grande aliada na transformação social. A possibilidade de dividir, construir e de colaborar para gerar bens e conhecimentos a partir da união e cooperação entre indivíduos representam vantagens marcantes no processo de construção e funcionamento da internet. Esse é o primeiro canal de comunicação capaz de permitir aos indivíduos e ações coletivas comunicar-se de forma autêntica e espontânea com uma

audiência local e global (Downing, 2001). Assim como o autor espanhol Joan Subirats, acreditamos que o comum rompe com a visão individualista, típica do sistema capitalista e que aos poucos abrirá caminhos para novas capacidades de se construir um mundo "[...] al mismo tiempo respetuoso de singularidad, de autonomía y al mismo tiempo basado en la comunidad, en lo que nos une" (SUBIRATS, p. 69). Assim, a internet representa um cenário de potencialidades, seja no campo político, econômico ou social.

A proposta do comum neste sentido é clara: é preciso uma mudança profunda no que diz respeito à concepção de democracia. E esta deve estar ligada a diversos âmbitos: econômicos, ambientais e sociais. E além disso, faz-se necessário incorporar as potencialidades desse atual cenário tecnológico à cidadania direta, comunitária e autônoma.

Sendo assim, a articulação comunitária, sem a necessidade de um "impulso institucional", representa espaços autênticos para a construção do conceito de cidadania apresentado no trabalho. E tal proposta de uma nova democracia, usando a ideia do comum tem ganhado espaço, em vários territórios, nacional e internacional, e suas marcas estão presentes na crescente mobilização social que tem repercutido em todo o mundo.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho de 2013. **OSAL Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, ano 14, n. 34, p. 37-50, 2013.
- BENNETT, Lance; SEGERBERG, Alexandra. La comunicación en los movimientos. De los medios de comunicación de masas a las redes sociales. **Telos**, Madrid. n. 98, p.1-12, 2014.
- BERNARDES, Franciani. Niños online: riesgos, oportunidades y control parental. In: NUEVOS medios, Nueva Comunicación. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca, 2010. p. 1-13
- BRAGA, Ruy. As jornadas de junho no Brasil: crônica de um mês inesquecível. **OSAL Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, ano 14, n. 34, p. 51-62, 2013.
- BECKER, M. L. Inclusão digital: os limites e desafios da tecnologia como fator de inclusão social e cidadania. **Emancipação**, Ponta Grossa, p. 49-57, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

- BUCKINGHAM, David. Deconstructing digital natives. *In*: THOMAS, MICHAEL (Org). **Deconstructing digital natives**: young people, technology, and the new literacies. New York: Routledge, 2011.
- CANDIA, Gabriela. Las redes sociales y su influencia en los movimientos sociales. *In*: ALVARADO, Aida; LOPEZ, Walter; LÓPEZ, Cyntia (Org). **Estudios Organizacionales y movimiento regional**. Bolívia: Ecorfan, 2014. p. 11-20.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CAVALLI, O. Gobernanza de Internet: el debate en Latinoamérica. **Telos**, Madrid. n. 80, p. 106-109, 2009.
- DOWNING, John D. H. **Mídia Radical**. Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais. São Paulo: Senac, 2001.
- GARCÍA, Bertín Valadés. Conceptualizar el papel de las redes sociales en internet en movimientos sociales y acciones colectivas. Propuesta aplicada a lo digital. **Razón y Palabra**, México. n. 77, 2011.
- FILHO, A. V. C.; CABRAL, E. D. T. Mapeamento da Inclusão Digital no Brasil. **Eptic Online**, v. 15, n. 1, p. 4-19, 2013.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Os exercícios do ver**: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: Senac, 2001.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Diversidade em convergência. **Matrizes**, São Paulo. v. 8, n. 2, p. 15-33, 2014.
- MAFFESOLI, Michel. **Apocalipse**: opinião pública e opinião publicada. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- PINO, Edixela Karitza Burgos. La tecnopolítica y la acción colectiva en la sociedad red. **Razón y Palabra**. n. 89, p. 1-21, 2015.
- PRENSKY, M. On the Orizon. **MCB University Press**, v. 9, n. 5, 2001.
- RODRÍGUEZ, Eva M. Ferreras. El movimiento 15-M y su evolución en Twitter. **Telos** Madrid, n. 89, p. 61-73, 2011.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. **Nueva Sociedad**, n. 196, p. 77-92, 2005.
- SILVA, C. P. Inclusão digital e indústria cultural nas escolas: um paradoxo analisado sob a ótica da Teoria Crítica. **Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 3, n. 4, p. 92-100, 2014.

SILVA, MICHEL CARVALHO da. Ciberdemocracia e o aplicativo Colab em Santos: uma análise sobre participação, redes e processos de empoderamento. In: INTERCOM – CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37., 2015. **Anais...** Rio de Janeiro, 2015.

SOENGAS, XOSÉ. El papel de Internet y de las redes sociales en las revueltas árabes: una alternativa a la censura de la prensa oficial. **Comunicar**, v. 21, n. 41, p. 147-155, 2013.

STRINATI, D. **Cultura Popular**: uma introdução. São Paulo: Edra, 1999.

SUBIRATS, Joan. **Otra Sociedad, Otra Política?** De "no nos representan" a la democracia de lo común. Barcelona, 2011.

VALENÇA, Daniel Araújo. Entre a ação comunicativa e a materialidade histórica: limites e possibilidades a partir das jornadas de junho. **Culturas Jurídicas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 198-218, 2014.